

NOTA PÚBLICA: GOVERNO ZEMA MENTE

Mais uma vez, o governo tenta ludibriar os servidores públicos e a sociedade mineira. Diante da divulgação do relatório elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, que revelou as contas do caixa do Tesouro mineiro, o órgão soltou uma nota contestando os dados e afirmando que os valores, na ordem de R\$ 24 bilhões, estariam comprometidos com “obrigações a pagar em curto prazo”.

Basta ler o relatório do TCE para identificar que o saldo da conta movimento vem crescendo gradativamente desde dezembro de 2021. Ou seja, as receitas de curto prazo cobrem os gastos. Todos os meses, mesmo descontando os valores com folha de pagamento, o saldo da conta cresce. Na nota, o governo afirma que parte dos recursos seria usada para pagamento do 13º salário do funcionalismo, mas o documento do TCE é de agosto, não de dezembro.

O governo mente também quando diz que valor considerável da conta seria usado para “o pagamento de despesas previdenciárias, os repasses obrigatórios para os municípios, para o Judiciário e para a área da Educação”. Estes gastos são garantidos por um caixa próprio, como revela o próprio Relatório de Gestão Fiscal, publicado oficialmente em 31 de agosto de 2023, uma semana depois do documento do TCE. A página 2 do Relatório aponta um saldo de R\$ 33.720.849.116,41, acrescido dos demais haveres financeiros de R\$ 3.334,629.165,20, que são direcionados pelos gastos obrigatórios. Ou seja, os R\$ 24 bilhões revelados pelo TCE referem-se a saldo líquido, que estão à disposição do uso do governo.

O que o governo de Minas Gerais tem que fazer é prezar pela transparência. Ao invés de perder tempo com notas falaciosas, revelar a verdadeira situação financeira do Estado apresentando para a sociedade os extratos de todas as contas públicas. Afinal, esse dinheiro é do povo mineiro e não de propriedade privada dos gestores.

